



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA  
BIODIVERSIDADE  
COORDENAÇÃO DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA

---

**PARECER n. 00410/2021/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU**

**NUP: 02070.011237/2018-55**

**INTERESSADOS: CGCON/ICMBIO**

**ASSUNTOS: MEIO AMBIENTE**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. AUSÊNCIA DE REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS. FINANCIAMENTO DO FUNDO GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - GEF. ADEQUAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PARCERIA COM FUNBIO PARA EXECUÇÃO DO PROJETO GEF-TERRESTRE. PELA REGULARIDADE DA INSTRUÇÃO.

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado para análise jurídica da minuta de Acordo de Cooperação a ser celebrado entre o ICMBIO e o FUNBIO, tendo como objeto a implementação das atividades do **“Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)”**, em consonância com o Manual Operacional do Projeto - MOP.
2. O ajuste a ser celebrado é subsidiário ao Acordo de Cooperação celebrado entre a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente, e FUNBIO para implementação do referido Projeto, firmando em 14/11/2018, conforme já consignado nos autos (Sei [4255721](#)).
3. Os recursos destinados à execução do citado projeto são originários do Fundo Global para o Meio Ambiente: Global Environment Facility (GEF), mediante aporte financeiro não reembolsável. A realização dar-se-á através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), competindo à Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente sua coordenação e supervisão (Manual Operacional).
4. Os demais documentos de interesse serão devidamente indicados na análise.
5. É o que havia para relatar.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

6. Preliminarmente, cabe destacar que a análise desta Procuradoria limitar-se-á ao caráter jurídico da matéria, nos termos art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, limitando-se à verificação da compatibilidade do ajuste proposto ao ordenamento jurídico, à luz dos princípios norteadores da Administração Pública, mormente o da legalidade. Não serão considerados, portanto, os aspectos negociais ou de ordem técnica, os quais fazem parte dos órgãos técnicos/administrativos competentes.

### **1. DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

7. No presente caso, propõe-se a celebração de Acordo de Cooperação, entendido este como instrumento jurídico hábil para a formalização, entre órgãos e/ou entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, de interesse na mútua cooperação técnica, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.
8. Compulsando os autos, verifica-se que a instrução processual remonta ao ano de 2018, quando a área técnica deste Instituto se pronunciou favoravelmente à celebração do acordo, consoante a Nota Técnica nº 3/2018/CGCON/DIBIO/ICMBio (Sei4242707).
9. O feito prosseguiu com a confecção dos documentos jurídicos e técnicos, o quais tiveram a regularidade analisada por esta Procuradoria, através do Parecer nº 00382/2018/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (SEI nº [4363213](#)), devidamente aprovado pelo Despacho nº 00498/2018/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (SEI nº [4363237](#)).
10. No entanto, ao que consta, o instrumento de parceria não foi levado à efeito naquela oportunidade. Agora, os autos retornam para análise, após uma sucessão de manifestações das áreas técnicas envolvidas sobre o Plano de Trabalho, com nova versão de minuta do Acordo de Cooperação e do Plano de Trabalho (Sei:9805924).

11. Com efeito, pode-se divisar que a instrução processual empreendida após aquela análise jurídica sobre a regularidade da instrução e instrumento jurídico se voltou à revisão do conteúdo do Plano de Trabalho, mantendo-se a redação da minuta do instrumento de cooperação original, apenas com a alteração da data de vigência para coincidir com prazo do acordo de cooperação principal entre o MMA e FUNBIO.

12. Nessa perspectiva, para evitar duplicidade de análise, reportamo-nos aos termos da manifestação jurídica anterior que concluiu pela regularidade do feito para a celebração do acordo de cooperação. Permanece hígida a análise sobre a adequação do instrumento de cooperação, dos elementos do Plano de Trabalho e da instrução processual quanto *às razões de sua propositura, de seus objetivos e de sua adequação à missão institucional dos órgãos e/ou entidades envolvidas, além da pertinência das suas obrigações*, porquanto não houve alteração substancial em relação ao substrato fático e técnico da instrução. De novo na instrução, apenas se cuidou das ações que compõem o projeto para atualizar o Plano de Trabalho, conteúdo que guarda natureza eminentemente técnica, insindivível por este órgão jurídico.

13. Outro aspecto que foi analisado diz respeito à participação do MMA neste acordo secundário. Sobre o ponto, concluiu-se no PARECER n. 00159/2021/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, aprovado pelo DESPACHO n. 00169/2021/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU pela necessidade de inclusão do MMA como interveniente no acordo para consentir com os seus termos e exercer sua competência de fixação de diretrizes e supervisão da política ambiental a ser executada por meio deste instrumento de parceria. Nesse sentido, a minuta do acordo prevê na cláusula terceira, item 3.4. as competências do **MMA**, como interveniente, restando regular o feito nesse particular, sem acréscimos a fazer.

14. Portanto, verifica-se que não há óbices ao prosseguimento do feito para a celebração do acordo de cooperação entre ICMBIO e FUNBIO, com interveniência do MMA, o que atrai a necessidade de análise pela Consultoria Jurídica da Pasta Ministerial.

#### IV - CONCLUSÃO

15. Por todo o exposto, conclui-se pela regularidade da instrução e da minuta do presente Acordo de Cooperação para a formalização entre o ICMBio e o FUNBIO de acordo de cooperação, visando à execução de programa de trabalho de interesse recíproco, para implementação do Projeto-GEF-Terrestre, podendo seguir para a apreciação do Sr. Presidente do Instituto para, caso haja conveniência e oportunidade, firmar o instrumento nos moldes propostos.

16. À consideração superior, com sugestão de encaminhamento dos autos à **DIBIO/ICMBio**.

Brasília, 28 de outubro de 2021.

Alessandra Andrade Medeiros Carneiro de Albuquerque  
Procuradora Federal  
Chefe da Divisão de Demandas Administrativas PFE/ICMBIO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02070011237201855 e da chave de acesso 47565fea

---

Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO NEVES SIQUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 755944592 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FRANCISCO NEVES SIQUEIRA. Data e Hora: 29-10-2021 17:49. Número de Série: 17268839. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA ANDRADE MEDEIROS C DE ALBUQUERQUE, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 755944592 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA ANDRADE MEDEIROS C DE ALBUQUERQUE. Data e Hora: 29-10-2021 12:01. Número de Série: 2329441314411165785. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---